



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA - DAEC  
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**KAIANNE RODRIGUES NOGUEIRA**

**EFETIVIDADE DO PROERD: O CASO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO  
DE CAMPINA GRANDE – PB**

**CAMPINA GRANDE - PB  
2017**

**KAIANNE RODRIGUES NOGUEIRA**

**EFETIVIDADE DO PROERD: O CASO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO  
DE CAMPINA GRANDE – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Bacharel em Administração, pelo curso de Administração da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

**Orientador:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Gêuda Anazile da Costa Gonçalves.

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

N778e Nogueira, Kaianne Rodrigues  
Efetividade do PROERD [manuscrito] : o caso das escolas  
públicas do município de Campina Grande – PB / Kaianne  
Rodrigues Nogueira. - 2017.  
34 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Ciências Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação: Profa. Dra. Gêuda Anazile da Costa Gonçalves,  
Departamento de Administração e Economia".

1. PROERD. 2. Uso de drogas. 3. Violência na escola. 4.  
Políticas públicas. 5. Vulnerabilidade social. I. Título.

21. ed. CDD 394.14

KAIANNE RODRIGUES NOGUEIRA

10,0 (Dez)

**EFETIVIDADE DO PROERD: O CASO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Bacharel em Administração, pelo curso de Administração da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

Aprovada em: 09 / 08 / 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

Gêuda Anazile da Costa Gonçalves (10,0)  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Gêuda Anazile da Costa Gonçalves (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Viviane Barreto Motta Nogueira (10,0)  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Viviane Barreto Motta  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Sandra Maria Araújo de Souza (10,0)  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Sandra Maria Araújo de Souza  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico a Deus, por seu infinito amor.  
À minha família, pelo companheirismo e amizade.

## AGRADECIMENTOS

A **Deus** pela graça da vida, por todo amor derramado sobre mim e por nunca me deixar desistir.

Aos meus pais, **Kátia Cilene** e **Klynger Audy**, e ao irmão, **Kaion Nogueira**, pelo amor, ensinamentos e apoio durante toda minha vida.

À minha família, **avós, tios, primos** e **agregados** pelo amor e pelos momentos de descontração tão valiosos no momento de estresse.

Ao companheiro de jornada universitária e vida, **Eliel Domeniche**, pelo incentivo, paciência, confiança, amor e amizade. Obrigada por sempre me escutar e acalmar.

À Professora e Orientadora **Gêuda Anazile da Costa Gonçalves**, pelo profissionalismo e paciência que teve em todo o processo de orientação.

Aos amigos da universidade, **Eliel Domeniche, Thiago Emmanuel, Bárbara Belchior, Edcarla Santos** e **Juliana Vasconcelos**, pelo companheirismo e incentivo nesses longos anos de jornada, e por tornar cada dia mais leve e divertido.

A **todos** que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado!

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	06
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	08
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS .....	08
2.1.1	CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....	09
2.2	DROGAS .....	12
2.3	VIOLÊNCIA .....	13
2.4	COMBATE AO USO DE DROGAS E VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS .....	16
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	17
3.1	PROERD .....	18
3.1.1	Lições do PROERD para alunos do 5º ano .....	20
<b>4</b>	<b>DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	21
4.1	PERFIL DOS RESPONDENTES .....	21
4.2	PROERD .....	22
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	28
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	31

## EFETIVIDADE DO PROERD: O CASO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – PB

NOGUEIRA, Kaianne Rodrigues<sup>1</sup>

GONÇALVES, Gêuda Anazile da C.<sup>2</sup>

### RESUMO

O uso das drogas e da violência tem crescido de forma alarmante nas últimas décadas. O aumento da vulnerabilidade social tem viabilizado o acesso às drogas e o “poder” ligado a violência, tem atingido crianças e adolescentes, inclusive, dentro das escolas. O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, foco deste estudo, é uma política pública que busca atender os anseios da população quanto ao envolvimento com as drogas e com a violência no ambiente escolar. Este artigo tem como objetivo analisar a efetividade do PROERD nas escolas públicas do município de Campina Grande-PB. Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritiva de caráter exploratório com abordagem quantitativa, conduzida sob forma de estudo de casos múltiplos, que possibilita conclusões analíticas mais contundentes. Os resultados indicam que houve mudanças positivas no comportamento dos respondentes quanto ao uso das drogas e da violência após participarem do programa nas duas escolas pesquisadas. Conclui-se, portanto, que o PROERD foi efetivo, ao cumprir seu objetivo de elevar o nível de conscientização de alunos quanto ao envolvimento com drogas e violência no ambiente escolar.

**Palavras-Chave:** PROERD. Drogas. Violência. Políticas Públicas.

### 1. INTRODUÇÃO

Os estudiosos da área de gestão pública, consideram, dentro do ciclo de políticas públicas, a fase de avaliação de impactos como essencial para o êxito da gestão. A referida etapa do ciclo de políticas públicas, refere-se a um conjunto de procedimentos que buscam avaliar os resultados de uma determinada política, e tem como objetivo averiguar se a política atingiu, ou não, as metas propostas, subsidiando os gestores quanto às correções necessárias para que esta se torne efetiva (RUA, 2012; CONCEIÇÃO; GOMES, 2014).

O problema das drogas e da violência nas escolas é estudado por autores como: Sudbrack e Gussi (2013) Abramovay (2003) que afirmam que alguns fatores presentes no ambiente escolar podem aumentar o risco de ocorrência de drogas dentro da mesma. A escola como locus de diversos tipos de violências sofridas tanto pelos alunos como pelos professores, levam à evasão e ao absentismo. Autores como Albertani, Scivoletto e Zemel (2014) \_\_\_\_\_

<sup>1</sup> Graduanda em Administração pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB/Campina Grande. E-mail: kaianner.nogueira@gmail.com

<sup>2</sup> Professora Orientadora. Doutora em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. E-mail: geuda\_@hotmail.com

ênfatizam que o trabalho de prevenção ao uso das drogas e da violência nas escolas apresentaram melhores resultados se for construído e realizado de forma coletiva, ao longo da escolaridade e não apenas em momentos específicos. Corroborando com o exposto, Lopes Neto (2005) afirma que o envolvimento dos professores, funcionários, pais e alunos é fundamental para a implementação de projetos de redução de violência escolar.

As primeiras políticas públicas de combate ao uso de drogas e da violência nas escolas foram implementadas no Brasil em 1992, inicialmente pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, através do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) tendo apoio dos policiais de Los Angeles - EUA e da embaixada americana, uma vez que o referido programa é baseado no modelo norte americano D.A.R.E. (*Drug Abuse Resistance Education*).

O programa tem por objetivo a prevenção ao uso de drogas entre crianças em idade escolar. Envolve quatro atores fundamentais: a polícia, a escola, a família e a comunidade. Consiste em desenvolver práticas de valorização à vida, conscientizando jovens estudantes sobre a importância de manter-se longe das drogas e da violência.

Na cidade de Campina Grande, o programa foi implantado em 2001, pelo 2º Batalhão de Polícia Militar, e desde então já formou cerca de 1.094 alunos das redes pública e particular de ensino. É um programa que concilia as atividades escolares dos alunos com a educação para a conscientização sobre o mal que as drogas e a violência causam.

Diante da necessidade, eminente, de avaliar o impacto da política pública em questão, foi desenvolvida uma pesquisa em duas escolas públicas localizadas no município de Campina Grande, PB. Os critérios de escolha das unidades de ensino foram os seguintes: 1) escolas da rede pública (estadual e municipal); 2) escolas com maior número de alunos participantes do PROERD no ano de 2015.

Nesse contexto, a pesquisa norteou-se pela seguinte questão: O PROERD tem se mostrado efetivo no que tange a conscientização quanto ao uso de drogas e a prática da violência no ambiente escolar? Desta forma, o objetivo deste artigo é analisar a efetividade do PROERD nas escolas públicas do município de Campina Grande-PB.

O trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: além desta parte introdutória, onde se contextualiza o tema, apresenta-se o problema e o objetivo da pesquisa, encontram-se a fundamentação teórica, que resgata a teoria que trata das Políticas Públicas, das drogas e da violência; os procedimentos metodológicos, onde é detalhado o caminho percorrido para o alcance dos objetivos pré-estabelecidos; a descrição e análise dos resultados, que ilustra os resultados encontrados a partir da análise dos dados, e, por fim, tem-se as considerações

finais, onde se são relatado os principais achados; seguido das referências, que respaldaram todo o trabalho.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1. POLÍTICAS PÚBLICAS**

Durante os séculos XVIII e XIX, o Estado tinha como principal objetivo a segurança pública e a defesa externa, em caso de ataque inimigo, porém com a expansão da democracia, as responsabilidades dos Estados passam a se diversificar, sofrendo inúmeras transformações.

Nesse sentido pode-se afirmar que a função principal do Estado moderno é a promoção do bem-estar social, e cumprir tal papel significa desenvolver um conjunto de ações para atuar em diferentes áreas (SEBRAE-MG, 2008), tais ações são denominadas de políticas públicas. A política pública demonstra ser uma forma moderna de lidar com as incertezas decorrentes das rápidas mudanças sociais (SARAVIA, 2006).

As políticas podem ser diferenciadas entre política de Estado e política de Governo. As Políticas de Estado possuem características de serem mais duradouras, são assumidas como políticas estáveis, que possuem continuidade independente de mandato. Enquanto, políticas de Governo são políticas que vigoram apenas durante o mandato do político formulador e nem sempre possuem finalidades comuns (RUA; ROMANINI, 2013).

Souza (2006, p. 24) afirma que “não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública”. Para Höfling (2001), política pública é “o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. Trata-se do somatório das atividades que os governos desempenham e que impacta diretamente na sociedade. Souza (2006) enfatiza que a definição mais conhecida pertence à Laswell (1936), onde afirma que decisões e análises sobre política pública visam responder três questões: quem ganha o quê? Por quê? E que diferença faz?

Saravia (2006) trata a política pública com o olhar mais operacional, acreditando que se trata de um conjunto de decisões públicas que visam às ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou mudar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da determinação de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

Conforme Peters (1986) política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) define política pública como o que o governo escolhe fazer ou não fazer (apud SOUZA, 2006, p. 24).

Diante do exposto, é possível inferir que para estabelecer políticas públicas são necessários alguns fatores fundamentais: as demandas e os atores sociais. Para Conceição e Gomes (2015) as demandas são as solicitações feitas pela sociedade, e os atores são todas as pessoas envolvidas no processo de decisão das políticas públicas, ou seja, “[...] quem pode ganhar ou perder com tal política, quem tem seus interesses diretamente afetados pelas decisões e ações que compõem a política em questão” (RUA, 2012, p.5).

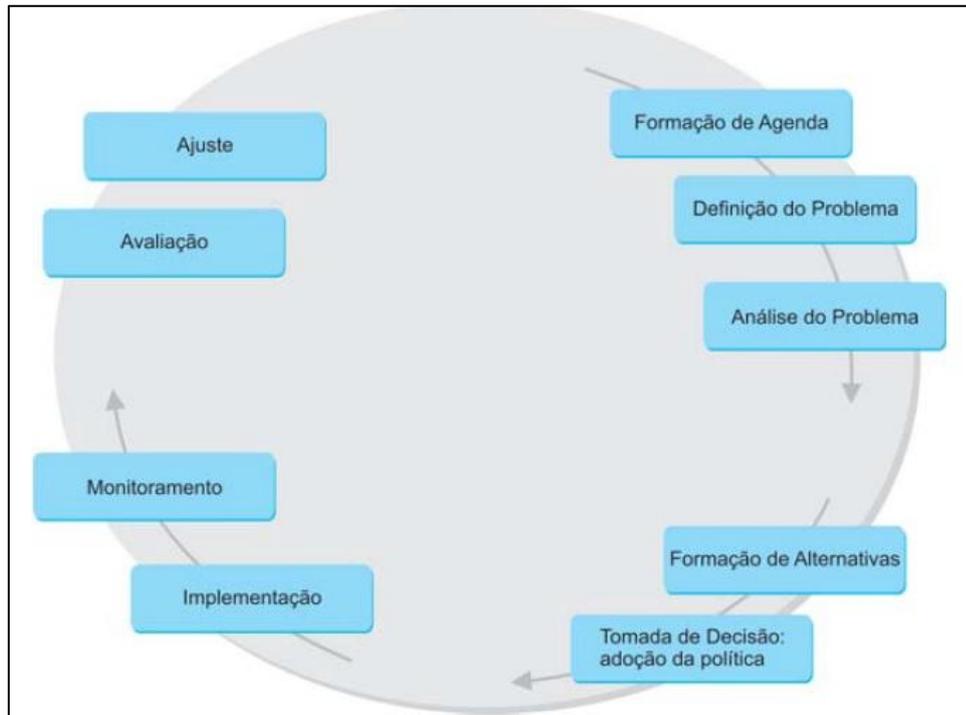
Quando uma demanda social, torna-se prioridade para o governo, inicia-se um processo de formulação de respostas para o problema. Laswell, em 1951, propôs que investigassem os processos políticos na tentativa de ajudar os governos nas decisões para a resolução dos problemas, estabelecendo assim um desdobramento do processo de produção de políticas públicas em etapas. (RUA; ROMANINI, 2013).

Começa então a formar-se as primeiras ideias acerca do ciclo de políticas públicas. No item a seguir, detalha-se cada fase do ciclo: como se desenvolvem e o que acontece em cada uma.

#### 2.1.1. Ciclo de Políticas Públicas

O modelo do ciclo de políticas públicas vê o processo de formação de uma política como um ciclo formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado (CONCEIÇÃO; GOMES, 2015), sendo composto das seguintes etapas: definição da agenda, identificação de alternativas, avaliação e seleção das opções, implementação e avaliação. Para Rua (2012) as fases são: formação da agenda, formação das alternativas e tomada de decisão, implementação e avaliação. Já para Frey (2000) a divisão deve ser: percepção e definição de problemas, *agenda-setting*, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas e a eventual correção da ação. As divisões do ciclo político nas diversas propostas se diferenciam gradativamente, é comum a todas as propostas as fases da formulação, da implementação e do controle dos impactos das políticas.

Baptista e Rezende (2011) afirmam que a principal contribuição do ciclo da política é que através da percepção de que existem diferentes etapas no processo de construção de uma política, exige-se o reconhecimento das especificidades de cada um destes momentos, possibilitando maior conhecimento e intervenção sobre o processo político.

**FIGURA 01** - Ciclo de Políticas Públicas

**Fonte:** Rua (2012).

Na perspectiva do ciclo segundo a divisão de Rua (2012), o primeiro passo a ser dado para o desenvolvimento de uma política pública é a formação da agenda, que nasce quando uma situação é definida como problema político e passa a ser discutido por grupo de autoridades. Trata-se de um rol de assuntos e problemas que o governo e pessoas ligadas a ele concentram sua atenção em determinado momento (BAPTISTA; REZENDE, 2011).

Na segunda fase – formação das alternativas e tomada de decisão – os atores começam a apresentar soluções para os problemas, que expressam variáveis diversas, os quais devem ser combinadas, para que se chegue a uma solução aceitável para o maior número de partes envolvidas (RUA, 2012). Ocorre, então, a tomada de decisão que na concepção de Baptista e Rezende (2011) trata-se do processo de escolha de uma solução, da determinação das metas a serem atingidas, dos recursos que serão utilizados e do prazo temporal da ação em discussão.

A fase de implementação consiste em intervir na realidade através das decisões tomadas na fase anterior, trata das ações que os diversos atores envolvidos devem colocar em prática para se alcançar os objetivos discutidos. A fase de implementação está, normalmente, acompanhada do monitoramento, um instrumento que facilita a conquista das metas definidas (RUA, 2012). Para Saravia (2006, p.34) essa fase é “constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política.”

O último momento do ciclo de políticas públicas corresponde à fase de avaliação da política. Rua (2012) define avaliação como um conjunto de procedimentos de julgamento dos resultados de uma política, segundo critérios que expressam valores e que se destinam a ajudar nas decisões dos gestores da política quanto aos ajustes necessários para que os resultados esperados sejam obtidos.

Na concepção de Conceição e Gomes (2015) a avaliação é a etapa do ciclo de políticas públicas onde a fase de implementação e o funcionamento da política, serão investigados, tendo como objetivo averiguar se a mesma conseguiu alcançar as metas que se propôs.

Apesar da avaliação ser a última fase do ciclo, ela não necessariamente ocorre somente após a implementação da política (avaliação *ex-post*), podendo ocorrer também no início do ciclo (avaliação *ex-ante*) ou concomitante com cada etapa (SERAFIM; DIAS, 2012), tornando-se instrumento essencial para o ciclo.

As avaliações *ex-ante* focam no levantamento das necessidades e estudos de viabilidade que irão ajudar na formulação e na tomada de decisão para uma política. Draibe (2001 *apud* BAPTISTA; REZENDE, 2011) acredita que a avaliação, também chamada por ele de “avaliações-diagnóstico”, deve produzir orientações, parâmetros e indicadores que se incorporem ao projeto, melhorando seu desenho e suas estratégias metodológicas e de implementação; e/ou fixar um ponto de partida que permita comparações futuras.

As avaliações realizadas após a implementação do programa são chamadas *ex-post*, e visam trabalhar com impactos e processos. Tem como objetivo verificar se os resultados atendem às metas que foram propostas. Para Baptista e Rezende (2011) podem ainda ser divididas em avaliação de processo e avaliação de resultados. A avaliação de processos busca identificar os elementos facilitadores e os obstáculos que atuam ao longo da implementação, enquanto a avaliação de resultados procura saber se o programa cumpriu seus objetivos, o quanto cumpriram e com que qualidade.

A avaliação intermediária, ou formativa, tem como principal função dar informações úteis e suporte aos gestores da política pública para que os mesmos possam corrigi-los, quando necessário, no decorrer de todo o processo.

Segundo o manual de Políticas Públicas desenvolvido pelo SEBRAE-MG (2008), o processo de avaliação pode ser realizado em todos os momentos do ciclo e permite à administração: gerar informações úteis para outras políticas; corrigir e prevenir falhas; conferir se os recursos estão sendo utilizados da forma mais eficiente possível; identificar os entraves de um programa; promover o diálogo entre os vários atores envolvidos etc.

Como o programa em estudo tem como objetivo primordial a prevenção ao uso indevido de drogas e a prática da violência nas escolas, os tópicos a seguir irão detalhar um pouco mais acerca da temática do programa.

## 2.2. DROGAS

A relação entre a sociedade e a droga é muito antiga. Relatos do uso de drogas por nossos antepassados demonstram que cada povo e cada cultura cultivavam e utilizavam de diferentes formas e para diferentes finalidades, como exemplos: uso em rituais, aumento de libido, agilidade mental, meditação, cura de doenças etc. No Brasil, a droga tem sua primeira aparição ligada aos índios que faziam utilização em rituais, manifestações religiosas e festejos diversos (MACRAE, 2001).

O cultivo e a utilização das drogas passaram por diversos momentos durante a história, desde proibição e questionamentos acerca de seus efeitos, até sua larga comercialização para o uso medicinal, e posteriormente para uso recreativo. Teve seu auge na década de 60, momento em que sua utilização estava ligada à liberdade e rebeldia. Desde então, inicia-se a preocupação com os efeitos negativos e as consequências do uso recreativo e desenfreado das drogas (MACRAE, 2001).

Até pouco tempo atrás o assunto “drogas” era tratado como algo que só pertencia ao mundo dos crimes e que estava distante de nossas famílias. Porém, hoje ela está muito mais próxima, pois cada vez mais os jovens têm procurado as drogas como meio de diversão, por curiosidade ou como respostas para suas incertezas e frustrações, uma fuga à realidade (SUDBRACK; CONCEIÇÃO; RAMOS, 2014).

Quanto à definição de droga, para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (2015) trata-se de uma substância ou matéria-prima que tenha por função ser medicamentosa ou sanitária; para o Governo Federal, definida na lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, drogas são substâncias e/ou produtos capazes de causar dependência. Para fins medicinais, a palavra droga refere-se às substâncias que possuem potencial de prevenir ou curar doenças e que são capazes de elevar o bem-estar da mente e do corpo. Por fim, para Sudbrack e Conceição (2014) droga é qualquer substância que não é sintetizada pelo organismo e tem o propósito de atuar sobre os sistemas, produzindo alterações em seu funcionamento.

Apesar de já existirem normas que controlam o consumo de drogas, nota-se no dia-a-dia e nos noticiários que é comum o uso e até mesmo o abuso por menores de idade. Até meados do final do século XX, o primeiro registro do envolvimento dos jovens com drogas

costumava acontecer por volta dos 14-16 anos de idade. Contudo, pesquisas já apontaram o envolvimento de crianças com as drogas com apenas oito anos de idade (BARLETTA; PAULA; ALVES, 2009).

De forma geral as drogas podem ser classificadas, quanto à legalidade, como drogas lícitas ou ilícitas. De acordo com definição de Sudbrack, Conceição e Costa (2014), drogas lícitas são aquelas que podem ser livremente comercializadas, mesmo que algumas possuam restrições quanto à idade ou prescrição médica, enquanto as ilícitas são as proibidas por lei, porém tal proibição não impede que as mesmas sejam usadas e comercializadas.

No ano de 2012 a UNIAD - Unidade de Pesquisa de Álcool e Drogas - realizou o II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD). A pesquisa foi realizada numa população de adolescentes e de jovens adultos com idade entre 14 e 25 anos, focando numa amostragem específica da população considerada de maior risco, de 14 a 17 anos.

Dados do II LENAD (2012) indicam que o início do consumo do álcool na população jovem, tanto masculina como feminina, foi pouco antes dos 15 anos, ou seja, 3 anos antes da idade legal para o consumo, e que praticamente metade dos jovens consomem álcool, e que 26% destes são de menor idade.

Assim como o álcool, o início do consumo de tabaco é, aproximadamente, por volta dos 15 anos. O estudo aponta que devido à presença de políticas públicas na área, o consumo de cigarro vem se reduzindo ano a ano nas últimas décadas. Em termos percentuais, 5% dos meninos de menor idade fumam, e as meninas são minoria no consumo de tabaco (II LENAD, 2012).

Sobre drogas ilícitas temos como destaque a maconha e a cocaína. A maconha é a droga ilícita mais frequentemente utilizada no Brasil, tendo quase 5% da população jovem como usuário e seu consumo é mais comum entre o sexo masculino. Acerca da cocaína, temos que o Brasil está entre os países com o maior consumo no mundo, destacando-se o maior uso na faixa etária mais jovem. Destaca-se, no entanto, o fato de que entre mulheres jovens, o consumo de cocaína é mais comum que o de maconha, um fenômeno raramente observado em outros países (II LENAD, 2012).

### 2.3. VIOLÊNCIA

Assim como as drogas, a violência é algo que acompanha o homem desde os primórdios. Histórias dos nossos antepassados nos remetem à violência e conflitos sofridos por pessoas ou grupos, afim de que fossem tolhidas suas ações, para que prevalecesse a de outra pessoa ou grupo opressor. Por muito tempo a violência foi vista como sendo

característica cultural de alguns povos, hoje ela torna-se muito presente em alguns grupos sociais onde através da violência chega-se ao poder (SOUZA FILHO, 2008).

Pode-se definir violência como sendo uma situação em que uma pessoa ou grupo tem suas ações proibidas ou violadas, por imposição de outra pessoa ou grupo, pelo uso da força física ou pela persuasão. Para Priotto e Boneti (2009, p.162) violência pode ser entendida como “ação diretamente associada a uma pessoa ou a um grupo, a qual interfere na integridade física, moral ou cultural de uma pessoa ou de um grupo”. Pode ser encontrada nos mais diversos ambientes, desde familiar até escolar.

Priotto e Boneti (2009) acreditam ainda que a violência é um fenômeno que só pode ser explicado a partir de variáveis econômicas, culturais, psicossociais e políticas, podendo a violência ter várias formas e características de apresentação, dentre elas: violência doméstica, criminosa, policial, política, religiosa, escolar, contra a criança, idoso, portador de necessidades especiais, homossexuais, entre outras.

A violência escolar, objeto da nossa pesquisa, acontece de variadas formas. A partir de estudos, Priotto e Boneti (2009) propõem que ela pode ser definida de três diferentes aspectos: a violência *na* escola, *contra* a escola e *da* escola.

A violência *na* escola pode ser classificada como toda manifestação violenta que acontece no dia-a-dia da escola, podem ser praticadas por membros da escola (professores, alunos, gestores, funcionários, familiares) ou por não membros (pessoas ligadas à comunidade ou estranhos) que acontecem no ambiente escolar (dentro ou em frente à escola) e tem os membros da escola como vítimas ou agressores, enquanto a violência *contra* a escola caracteriza-se por atos de vandalismo, roubos ou furtos praticados por membros ou não membros, ou quando alunos usam a violência visando diretamente a instituição e aqueles que a representam. Por fim, a violência *da* escola é definida como violência institucional, simbólica, são práticas escolares que venham a prejudicar seus membros: evasão escolar, preconceito, abuso de poder, expulsão, ameaças etc.

Dados do II LENAD (2012) mostram que as denúncias de violência vêm crescendo cada vez mais. O número de vítimas é elevado, mas as estimativas de violência ainda estão subestimadas, pois muitas vezes o caso não é reportado. A pesquisa revela ainda que mais de 2 a cada 10 brasileiros relataram ter sido vítimas de algum tipo de violência física na infância ou adolescência, havendo prevalência entre meninas (20.5%) do que entre meninos (17.8%) adolescentes.

Dentre as violências que ocorrem dentro do espaço escolar, o *bullying* vem se destacando por ser algo frequente entre os alunos, e ter chamado a atenção não só dos

membros escolares como também da mídia. Lopes Neto (2005) define *bullying* como atitudes agressivas, com intenção e de maneira contínua, sem motivos evidentes, adotado por um ou mais alunos contra outro (s), numa relação desigual de poder, que causa sofrimento físico e psicológico na (s) vítima (s).

Atos de *bullying* normalmente acontecem fora da visão de adultos, e em grande parte, as vítimas não reagem ou expõem a agressão, levando à sensação de impunidade e acabando por favorecer a multiplicação desse comportamento, por isso discutir esse assunto e mostrar suas consequências tem grande importância no PROERD.

Lopes Neto (2005) acredita que o envolvimento dos professores, funcionários, pais e alunos é fundamental para a implementação de projetos que tenha como objetivo a redução da prática do *bullying*, através da conscientização geral e apoio à vítima, realizadas continuamente, e inclusas no cotidiano escolar, garantindo assim um ambiente seguro e sadio.

O *bullying* pode ser dividido em direto e indireto, e estão ligados à presença ou ausência da vítima. O *bullying* direto (quando a vítima está presente) é caracterizado por agressões, apelidos, ameaças, roubos e ofensas, e são quatro vezes mais praticados entre meninos. Por sua vez, o *bullying* indireto (quando a vítima não está presente) é caracterizado pela indiferença, isolamento, difamação, e são mais adotadas pelas meninas.

Evidências no II LENAD (2012) mostram que a exposição ao *bullying* na escola está associado com maior risco de uso de álcool e substâncias ilícitas, e de tentativas de suicídio. Observou-se que 13% da população relataram ter sofrido *bullying*, sendo a agressão verbal (*bullying* direto) e o *bullying* indireto os mais comuns. Lopes Neto (2005) destaca que a prática do *bullying* é predominante praticado entre o sexo masculino como agressores e prevalece entre alunos de 11 a 13 anos de idade e, no caso das vítimas, não há predomínio de gênero.

Outra violência presente no ambiente escolar e que atualmente vêm trazendo problemas são as gangues. As gangues inicialmente confundiam-se com as turmas de jovens que se juntavam para praticar pichações, e que antigamente eram consideradas um meio de diversão, com o tempo esses grupos foram crescendo e envolvendo-se cada vez mais com o consumo e tráfico de drogas, armas, roubos, assaltos e crimes, conjura-se então a gangue como nós conhecemos.

Abramovay (2002) afirma que as gangues, juntamente com o tráfico de drogas, são um dos maiores problemas no interior de muitas escolas e em seu entorno, aumentando o clima de insegurança, chegando a interferir no ambiente escolar, pois muitas vezes utilizam alunos como “aviões” (responsáveis por venda e distribuição da droga), demarcam território

causando confusão, fazem ameaças, causando clima de tensão. Gestores e funcionários amedrontam-se diante da situação temendo represálias e maiores danos, proporcionando um ambiente ideal para os agressores.

#### 2.4. COMBATE AO USO DE DROGAS E VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Minayo e Deslandes (1998) faz vinculação entre as drogas e a violência acreditando que a principal ligação se encontra nas gangues e no tráfico de drogas ilegais, onde todo e qualquer pretexto gera ações violentas: disputas de território e poder, não pagamento ou roubo de dinheiro e droga, de tal forma que a violência se torna principal meio para coagir o mercado e os subordinados. Porém, acreditam que esta vinculação não tem que acontecer necessariamente, pode essa relação ocorrer ou não, mas para estabelecer tal relação é preciso considerar vários fatores.

Pode - se destacar do II LENAD (2012) que em 2 a cada 10 casos de violência o agressor estava sob o efeito de álcool durante a agressão, mostrando que a associação entre violência e abuso de álcool é amplamente conhecida.

Dentro da discussão sobre uso de drogas e violência, os adolescente e jovens são apontados como os mais suscetíveis a se tornarem usuários de drogas e/ou vítimas dos problemas causados pelo seu uso indevido. No olhar de muitos adolescentes, a droga se torna símbolo de status e maturidade, os jovens procuram parecer legal para os amigos e fazer com que as pessoas gostem deles. No período da adolescência a droga surge como uma ponte que proporciona laços sociais e identificação com um determinado grupo, um sentimento de pertencimento distante do seu grupo familiar (NERY FILHO; TORRES, 2002). Dessa forma, muitos jovens acabam nas mãos de traficantes não só como consumidores, mas como distribuidores até mesmo dentro das unidades escolares.

A problemática do consumo de drogas e suas consequências (violência, crimes, danos às famílias e escola) apresenta-se como um tema complexo que tem gerado preocupação para as mais diversas instâncias da sociedade, principalmente à segurança e saúde pública.

No Brasil, a criação de políticas públicas direcionadas aos usuários de drogas e à prevenção de forma geral é relativamente recente. Somente a partir da segunda metade da década de 80 que o Estado atentou para a questão referente ao uso e ao abuso de drogas como problema de segurança e saúde pública. Diante do aumento da variedade e do consumo precoce de drogas, o Estado brasileiro, apoiado por movimentos sociais, criou políticas públicas direcionadas às pessoas que usam drogas, principalmente as ilícitas (TRANSFORMAÇÕES, 2009).

Sudbrack, Conceição e Ramos (2014) acreditam que para enfrentar a questão das drogas e da violência são necessárias políticas de controle e redução da oferta de drogas (políticas de justiça, segurança pública e de defesa), assim como de redução da demanda através de políticas intersetoriais (saúde, educação, assistência, proteção), que só serão efetivas se resultarem em ações integradas.

“A escola tem papel fundamental na prevenção do uso de drogas e na promoção da saúde integral de crianças e adolescentes, graças às suas ações de educação para a saúde” (SUDBRACK; CONCEIÇÃO; RAMOS, 2014, p. 76). A escola deve construir uma rede de parcerias, onde deve ser o centro da rede e ao seu redor ter importantes setores que contribuam para a construção de ações preventivas, com a finalidade de afastar as crianças das drogas e promover saúde aos alunos.

Em concordância, Albertani, Scivoletto e Zemel (2012) também acreditam que são necessárias ações conjuntas em diferentes níveis: escola, comunidade e família. Tais ações devem ser realizadas e dirigidas para os diversos grupos que compõem a comunidade, que por não possuírem, muitas vezes, o conhecimento necessário para abordar o problema, não tomam iniciativa para tentar resolvê-lo. O foco principal do trabalho da escola deve ser a reflexão, jamais a repressão, para que contribua para a visão crítica das situações e dos problemas que as drogas causam.

O tópico a seguir detalha o percurso metodológico utilizado para a realização da pesquisa.

### **3. METODOLOGIA**

Com o intuito de analisar a efetividade do PROERD nas escolas públicas do município de Campina Grande-PB, realizou-se uma pesquisa exploratória com o objetivo de proporcionar maior proximidade com o fenômeno estudado, visando torná-lo mais esclarecido; e descritiva, pois possui como principal objetivo o registro e análise de determinada população ou fenômeno e o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2008).

Ainda para a análise da efetividade, empregou-se a última fase do ciclo de política pública de Rua (2012), que corresponde à fase de avaliação da política, mais precisamente, a avaliação *ex-post*, onde há o julgamento dos resultados de uma política após a implementação da mesma, identificando se o programa cumpriu seus objetivos.

Utilizou-se da pesquisa documental, através da base de dados e relatórios do 2º BPM de Campina Grande, e bibliográfica, através de livros, artigos e publicações acerca da

temática. Segundo Gil (2008) as pesquisas bibliográfica e documental são semelhantes, diferenciando-se apenas pela natureza de suas fontes. Enquanto a primeira é realizada a partir de material já elaborado, como livros e artigos de diversos autores, a segunda vale-se de materiais que muitas vezes não foram tratados analiticamente, como jornais, filmes, relatórios, pesquisas etc.

A pesquisa caracteriza-se também como estudo de caso múltiplo, que tem como características o estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado. O estudo de caso múltiplo é a técnica qual vários estudos são conduzidos de forma simultânea: vários indivíduos, várias instituições etc. Yin (2005) admite a existência de estudos de casos únicos e casos múltiplos, sendo o segundo tipo aconselhado pelo fato de possibilitar conclusões analíticas mais contundentes.

No ano de 2015, 8 (oito) escolas estaduais e 9 (nove) escolas municipais foram atendidas pelo PROERD. Os dois critérios de escolha das unidades de escolares foco deste estudo foram: 1) escolas da rede pública, sendo uma estadual e outra municipal; 2) maior número de alunos participantes no PROERD no ano de 2015.

O universo desta pesquisa foi composto por 123 (cento e vinte e três) alunos do 5º ano do ensino fundamental, sendo 62 (sessenta e dois) da Escola Estadual Senador Humberto Lucena e 61 (sessenta e um) da Escola Municipal Maria das Vitórias Pires Uchoa Queiroz. Obteve-se como respondentes 51 (cinquenta e um) alunos na primeira escola e 32 (trinta e dois) alunos na segunda unidade escolar, acima citadas.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário composto por 22 (vinte e duas) questões objetivas, fez-se uso de uma escala dicotômica, as seguintes variáveis foram analisadas: Perfil do respondente; Conhecimento; Comportamento; *Bullying*; e Satisfação do respondente. Para a definição das variáveis supracitadas, foram utilizadas as lições do livro do aluno PROERD - 2015, onde conseguimos agrupar os principais ensinamentos passados pelo programa.

No próximo tópico, aborda-se o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, uma das políticas públicas de combate ao uso das drogas e da violência que tem como pilares: a polícia, a escola, a família e a comunidade.

### 3.1. PROERD

O PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) tem como modelo o D.A.R. E. (*Drug Abuse Resistance Education*) ou DARE América, criado em Los Angeles, nos Estados Unidos em 1983, pela Professora Ruth Rich, através de uma

parceria entre o Distrito Escolar Unificado e o Departamento de Polícia daquela cidade, para ser implantado em escolas.

Surge no Brasil em 1992, inicialmente com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, tendo como apoio os policiais mentores de Los Angeles - EUA e a embaixada americana, e teve sua primeira denominação de PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas). Em seguida, o programa foi efetivado pela Polícia Militar do Estado de São Paulo em 1993, passando a se chamar “Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência”, mas continuando com a sigla PROERD. Hoje, o programa encontra-se presente em 60 países e no Brasil está em todos os Estados da Federação e no Distrito Federal (PROERD, 2016).

O programa tem como objetivo a prevenção ao uso de drogas entre crianças em idade escolar, envolvendo quatro atores fundamentais: a polícia, a escola, a família e a comunidade, com a finalidade de desenvolver práticas de valorização à vida, conscientizando sobre a importância de manter-se longe das drogas e da violência.

O PROERD é desenvolvido com alunos da Educação Infantil, anos iniciais e nos 5º e 7º anos do Ensino Fundamental, através de cartazes e lições distribuídas num livro do estudante que é entregue a cada aluno na primeira aula. Nas escolas públicas são entregues prioritariamente e, eventualmente, nas escolas particulares, por instrutores, que são policiais militares, treinados e preparados com metodologia especialmente voltada para crianças e adolescentes.

O programa também é direcionado à família, em um curso para pais e/ou responsáveis, composto por encontros que favorecem a prevenção no âmbito familiar através de orientações e informações sobre drogas e estratégias preventivas. O policial instrutor PROERD também pode realizar palestras sobre prevenção para diferentes públicos.

O programa é aplicado por policiais militares que participaram do curso específico de formação de instrutores PROERD. O policial instrutor deve ministrar todas as aulas fardados e desarmados, acompanhado de um professor da turma. A presença dos policiais nas escolas, para a aplicação do programa, tende a aumentar a aproximação da polícia militar e da comunidade, podendo tornar a localidade mais segura, e estreitar laços com os alunos (PROERD, 2016).

No estado da Paraíba o programa começou a ser executado no ano de 2000, estando presente em 129 municípios e mais de 1000 escolas diferentes em toda a sua trajetória, formando desde sua efetivação até dezembro de 2015 um total de 164.468 crianças e adolescentes.

No ano de 2015, o PROERD esteve presente em 66 municípios da Paraíba, assistindo um total de 28.500 alunos de 464 escolas, através da atuação de 140 policiais instrutores.

No município de Campina Grande, Estado da Paraíba, o programa iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2001, atendendo 360 alunos da rede pública de ensino. Em 2015, o PROERD do 2º Batalhão de Polícia Militar, responsável pela aplicação do programa no município de Campina Grande e região, sob a coordenação do Sargento Edgley Queiroga, formou 1.094 alunos, sendo 451 alunos de escolas estaduais, 415 alunos de escolas municipais e 328 alunos de escolas particulares.

### 3.1.1. Lições do PROERD para alunos do 5º ano

As lições presentes no livro do PROERD entregue aos alunos do 5º ano do ensino fundamental têm como função principal fornecer instruções capazes de prevenir o uso de drogas e violência, através do desenvolvimento de habilidades básicas.

As dez lições são organizadas de forma que o aluno desenvolva suas habilidades começando do mais básico, para então construir as demais habilidades, de forma que o mesmo consiga ao final do curso ter suas próprias respostas às situações da vida real.

As lições do livro do PROERD - 2015 do 5º ano são:

**Lição 1** – Introdução ao programa PROERD “Caindo na REAL”;

**Lição 2** – Informações sobre drogas para tomada de decisão responsável;

**Lição 3** – Riscos e Consequências;

**Lição 4** – Pressão dos colegas;

**Lição 5** – Lidando com situação de tensão;

**Lição 6** – Bases da comunicação;

**Lição 7** – Comunicação não verbal e Escuta ativa;

**Lição 8** – *Bullying*;

**Lição 9** – Ajudando os outros;

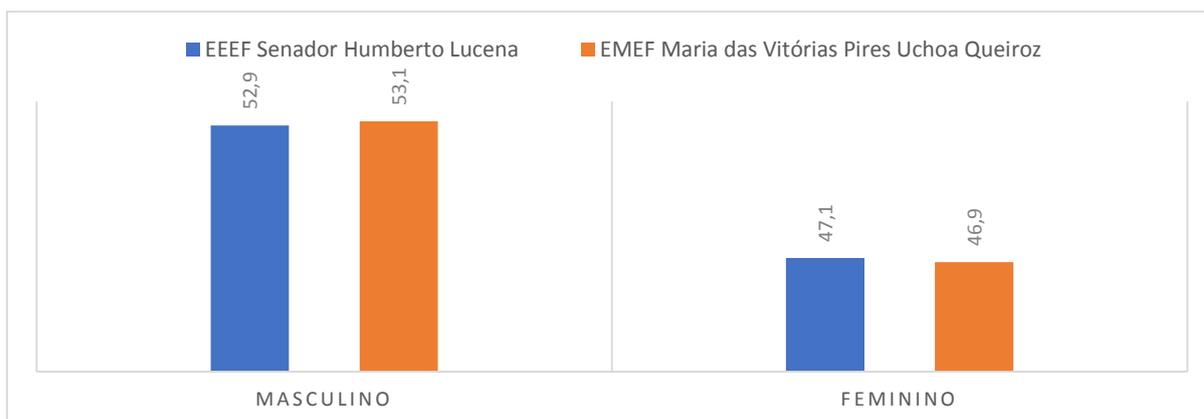
**Lição 10** – Obtendo ajuda dos outros e Revisão.

Após coletados, os dados foram submetidos a estatística descritiva para em seguida serem expostos em gráficos ilustrativos, como pode ser verificado no item a seguir.

## 4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

### 4.1. PERFIL DOS RESPONDENTES

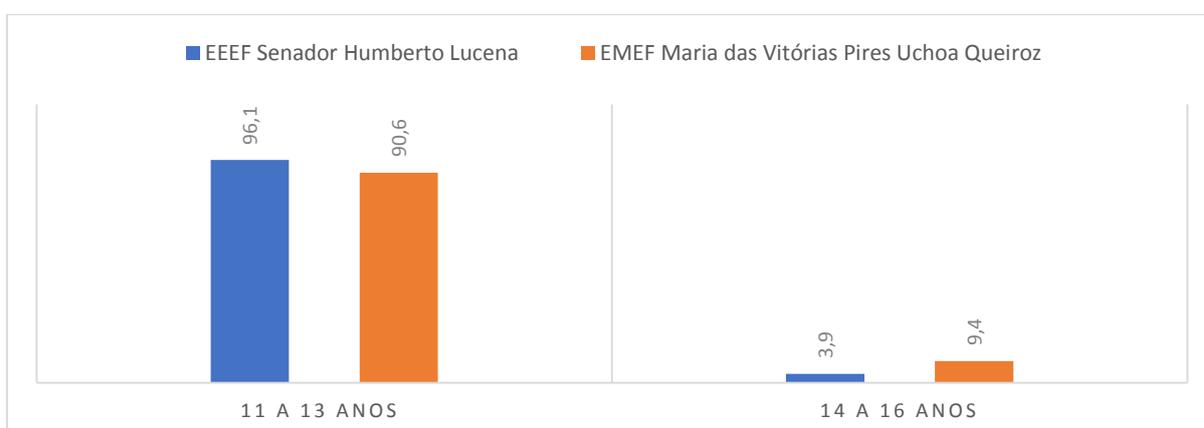
**Gráfico 1 – Gênero**



**Fonte:** Pesquisa direta, 2016.

O Gráfico 1, indica que nas duas unidades escolares existe um equilíbrio quanto à presença de respondentes do sexo feminino e masculino, apesar da leve predominância de respondentes do sexo masculino. Estatísticas no II LENAD (2012) sobre uso de drogas e prática de violência nas escolas demonstram que apesar do sexo masculino ser maioria de forma geral, o sexo feminino também possui destaque, em casos específicos, como no *bullying* indireto (quando a vítima não está presente) e no uso de cocaína.

**Gráfico 2 – Faixa Etária**



**Fonte:** Pesquisa direta, 2016.

Em relação à faixa etária dos alunos, o Gráfico 2 indica que na escola Senador Humberto Lucena 96,1% dos respondentes têm de 11 a 13 anos e 3,9% possui de 14 a 16 anos. Na escola Maria das Vitórias Pires Uchoa Queiroz 90,6% dos respondentes têm de 11 a

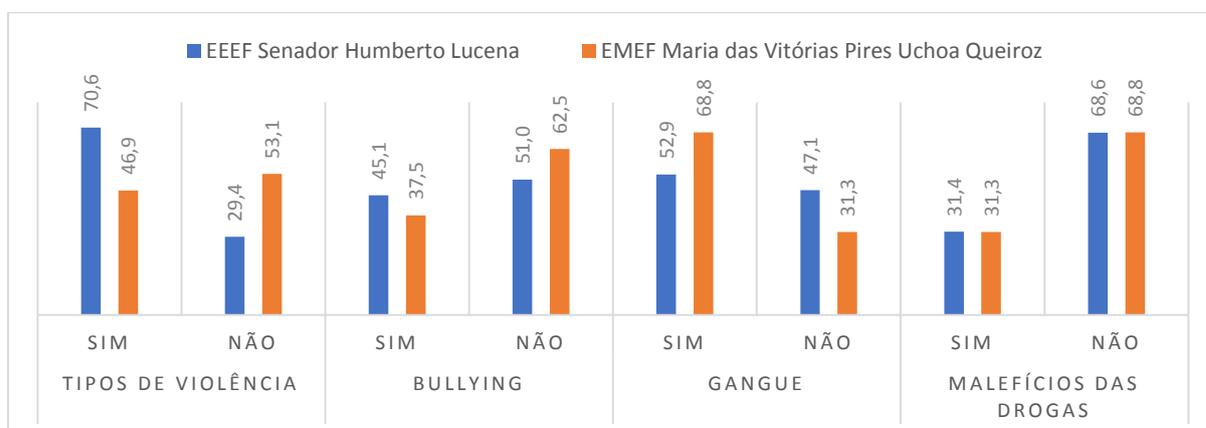
13 anos e 9,4% encontram-se na faixa de 14 a 16 anos. As duas faixas etárias mostradas no gráfico são fundamentais para o trabalho do PROERD, uma vez que dados estatísticos apontam que os jovens de 11 a 13 anos são os principais agressores quando se trata de *bullying*, e que os jovens de 14 a 16 anos estão entre os principais usuários de drogas, com destaque para o álcool e o tabaco, na adolescência. Dessa forma, o PROERD atinge seu público de forma curativa, quando o assunto é violência, assim como de forma preventiva, quando se trata do uso de drogas.

#### 4.2. PROERD

Os gráficos a seguir apresentam os resultados acerca da percepção dos alunos em relação às variáveis Conhecimento, Comportamento, *Bullying* e Satisfação.

A variável Conhecimento explora a parte conceitual e informativa do livro do aluno e expõe o que os alunos tinham de conhecimento, antes de participarem do programa, sobre os tipos de violência, o *bullying*, as gangues e os males que as drogas causam.

**Gráfico 3 – Conhecimento**



**Fonte:** Pesquisa direta, 2016.

A variável Conhecimento, Gráfico 3, é composta pelos indicadores: a) conhecimento em relação aos tipos de violência; b) conhecimento em relação ao *bullying*; c) conhecimento em relação à gangue; e d) conhecimento em relação às drogas.

Em relação ao indicador conhecimento sobre violência, a maioria dos respondentes (70,6%) da unidade escolar Senador Humberto Lucena afirmaram não conhecer todos os tipos de violência existentes, antes da participação no PROERD, enquanto na escola Maria das Vitórias Pires Uchoa Queiroz enquanto 53,1% afirmaram saber que existiam vários tipos de violência, 46,9% disseram não ter conhecimento dos seus tipos, antes da participação no PROERD.

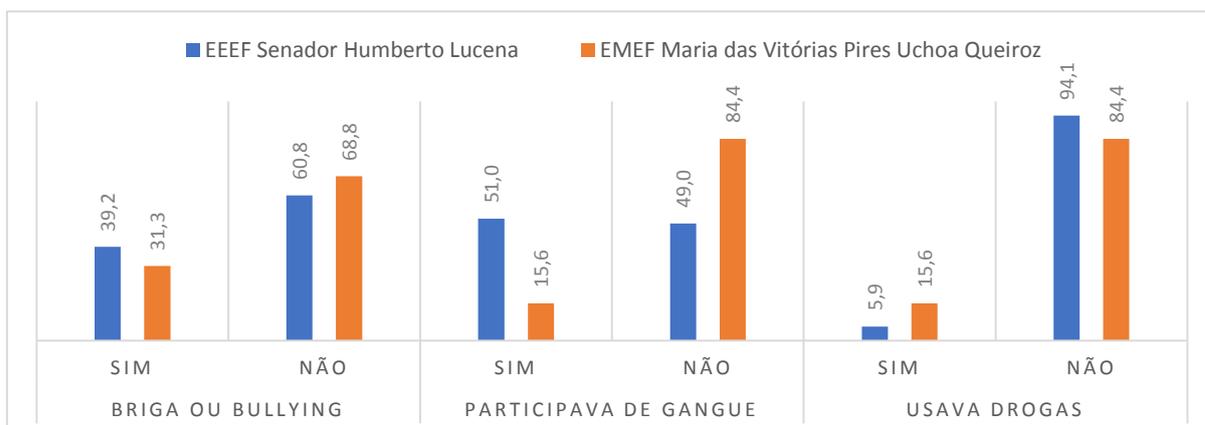
Quando questionados sobre o conhecimento sobre gangues antes do PROED, a maioria (68,8%) dos alunos da escola Maria das Vitórias Pires Uchoa Queiroz afirmaram que não tinham noção do que era gangue, enquanto 31,3% afirmaram já ter conhecimento sobre gangue; na escola Senador Humberto Lucena, a maior parte dos alunos (52,9%) também não sabia o que era gangue, enquanto 47,1% já sabiam.

Acerca do indicador conhecimento sobre *bullying*, 45,1% dos respondentes da escola Senador Humberto Lucena e 37,5% da escola Maria das Vitórias Pires Uchoa Queiroz afirmaram que o PROED não acrescentou conhecimento acerca da prática do *bullying*.

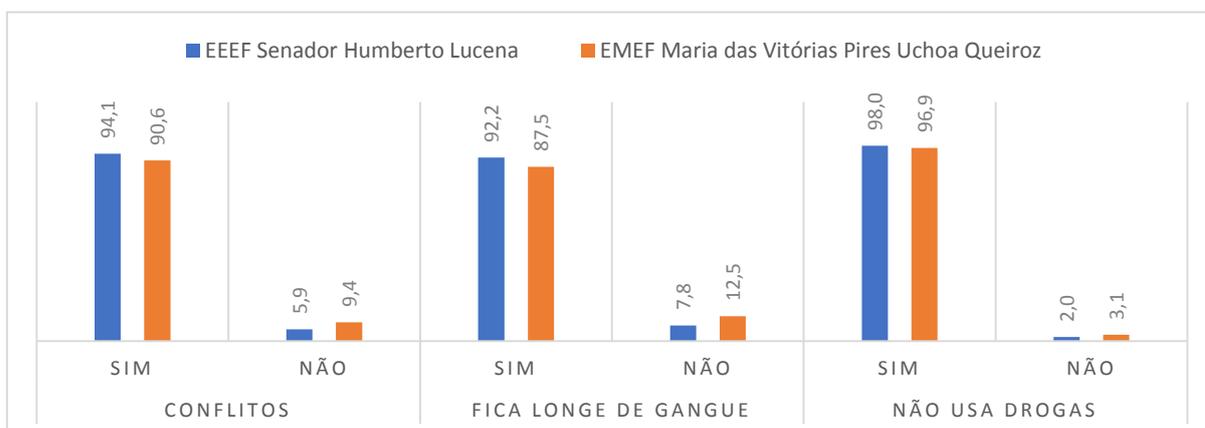
A questão da prática do *bullying* tem preocupado a sociedade como um todo, a abordagem na mídia vem através de propagandas elucidadoras, ou programas que mostram as consequências desses atos, tanto para as vítimas como para os agressores. Nas escolas está cada vez mais comum a discussão sobre o tema em conversas dentro de sala de aula e a comunidade escolar tem procurado meios de minimizar sua prática.

Quanto ao indicador conhecimento sobre drogas, os dados indicam que uma maioria dos respondentes, 68,6% na unidade Senador Humberto Lucena e 68,8% na unidade Maria das Vitórias Pires Uchoa Queiroz já tinha conhecimento sobre o mal que as drogas fazem à saúde. A porcentagem daqueles que não detinham tal conhecimento antes de ser alunos PROED é de 31%, em cada uma das escolas. Apesar da maioria afirmar já ser conhecedora dos malefícios das drogas antes do PROED, é representativo o número de alunos que não sabiam desses males, demonstrando que a escola e os pais devem unir esforços para transmitir informações sobre drogas para as crianças. Sudbrack, Conceição e Ramos (2012) e Lopes Neto (2005), corroboram como exposto e afirma que é de suma importância a participação dos pais e da escola na educação e conscientização dos alunos.

A variável Comportamento, ilustrada nos Gráficos, 4.1, 4.2 e 4.3, foi dividida em 3 (três) gráficos para melhor entendimento. O Gráfico 4.1 - Comportamento I vai mostrar a conduta dos alunos antes de participarem do PROED, em seguida, o Gráfico 4.2 - Comportamento II expõe a conduta desses alunos após participarem do programa, e por fim, o Gráfico 4.3 - Comportamento III retrata a realidade do diálogo sobre drogas entre os respondentes, seus pais e seus amigos.

**Gráfico 4.1 – Comportamento I**

Fonte: Pesquisa direta, 2016.

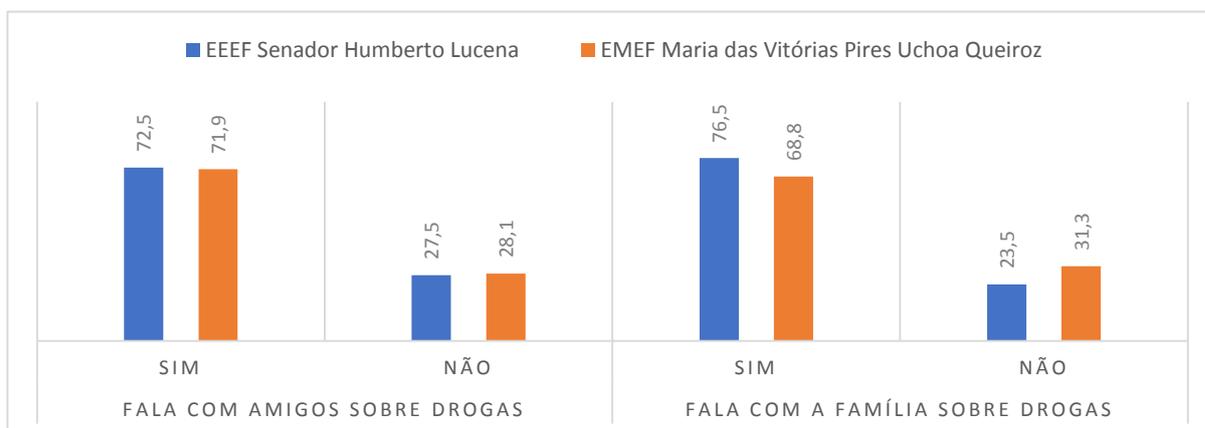
**Gráfico 4.2 – Comportamento II**

Fonte: Pesquisa direta, 2016.

Quando perguntados se antes das aulas do PROERD achavam normal brigar ou fazer *bullying*, 60,8% dos respondentes da escola Senador Humberto Lucena afirmaram que não acham normal, 39,2% responderam que é normal. Na escola Maria das Vitórias Pires Uchoa Queiroz 68,8% afirmaram não achar normal, enquanto 31,3% achavam normal tal comportamento. Quando questionados se após o PROERD passaram a entender que é possível resolver conflitos através do diálogo e não apenas com brigas e *bullying* 94,1% dos respondentes da Senador Humberto Lucena afirmam que sim, enquanto apenas 5,9% acreditam que não. Na unidade Maria das Vitórias Pires Uchoa Queiroz 90,6% responderam que sim e 9,4% responderam que não. Os dados indicam que os alunos praticavam esses tipos de violência mesmo tendo conhecimento acerca do mesmo, como exposto na variável conhecimento, porém, após participarem do PROERD, houve um nível de conscientização na maioria dos alunos, revelando uma possibilidade de melhoria na conduta dos mesmos, fora e dentro do espaço escolar.

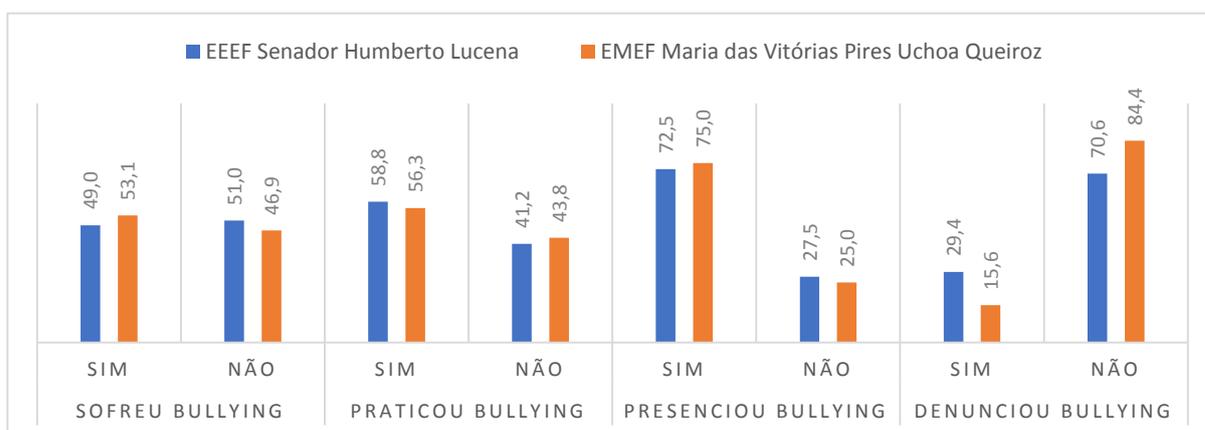
Acerca do indicador gangue pode-se notar uma diferença entre as unidades escolares, tanto na participação em gangues antes da implementação do PROERD, como no nível de conscientização pós programa. Na unidade Senador Humberto Lucena 51% dos respondentes eram participantes de gangues e 49% não eram participantes, enquanto na unidade Maria das Vitórias Pires Uchoa Queiroz apenas 15,6% faziam parte de alguma gangue e 84,4% não eram integrantes. Questionados se passaram a ficar longe das gangues, 92,2% dos alunos da Escola Senador Humberto Lucena e 87,5% da Escola Maria das Vitórias Pires Uchoa Queiroz afirmaram que sim, enquanto 7,8% e 12,5%, respectivamente, responderam que não, permanecendo como participantes gangues. Nota-se ver que, quanto aos malefícios que as gangues trazem não só para os alunos como para toda a comunidade escolar, o nível de conscientização foi maior por parte dos alunos na escola Senador Humberto Lucena, onde houve uma mudança significativa na porcentagem de respostas demonstrando a possível mudança de conduta. Isso não quer dizer que na escola Maria das Vitórias Pires Uchoa Queiroz não houve conscientização, mas a quantidade de alunos que participavam e que deixaram de participar não foi tão representativa como na escola Senador Humberto Lucena, logo, observa-se a necessidade da continuidade do trabalho da PROERD na unidade Maria das Vitórias Pires Uchoa Queiroz.

Em relação ao uso de drogas, 5,9% dos respondentes da escola Senador Humberto Lucena e 15,6% na Maria das Vitórias Pires Uchoa Queiroz de respondentes usuários de drogas, contra 94,1% e 84,4% não usuários em cada escola, respectivamente. Após a participação no programa, 2,0% dos alunos da Senador Humberto Lucena e 3,1% da Maria das Vitórias Pires Uchoa Queiroz ainda permanecem como usuários de drogas. Nota-se aqui a relação entre a participação em gangues e o uso de drogas, como descrita por Abramovay (2002) e Minayo e Deslandes (1998). Como anteriormente exposto, os alunos da escola Maria das Vitórias Pires Uchoa Queiroz são maioria tanto no envolvimento com gangues como no uso de drogas quando comparados à outra escola. Diferentemente de outras questões já abordadas, nesse caso, os alunos das duas unidades foram conscientizados em sua grande maioria, ou seja, mesmo que ainda participem de gangues, muitos não fazem mais uso de drogas, como faziam anteriormente.

**Gráfico 4.3 – Comportamento III**

Fonte: Pesquisa direta, 2016.

A pesquisa mostra que dos respondentes da escola Senador Humberto Lucena, 72,5% conversam com os amigos e 76,5% conversam com a família sobre drogas; enquanto na escola Maria das Vitórias Pires Uchoa Queiroz 71,9% abordavam o assunto das drogas com os amigos e 68,8% com a família. Os dados indicam que o assunto é tratado pela maioria dos alunos tanto com amigos como com os familiares. Nesse sentido, afirma-se que ao envolver a família, o PROERD contribui para a expansão do diálogo sobre drogas entre pais e filhos.

**Gráfico 5 – Bullying**

Fonte: Pesquisa direta, 2016

O Gráfico 5 ilustra as questões referentes ao *bullying*, no que tange a experiência dos respondentes com esse tipo de violência. Tal variável tem sido alvo de preocupação dos responsáveis pelo PROERD, tendo em vista a proporção no ambiente escolar, e o baixo número de denúncias formais, o que torna ainda mais difícil combater a prática.

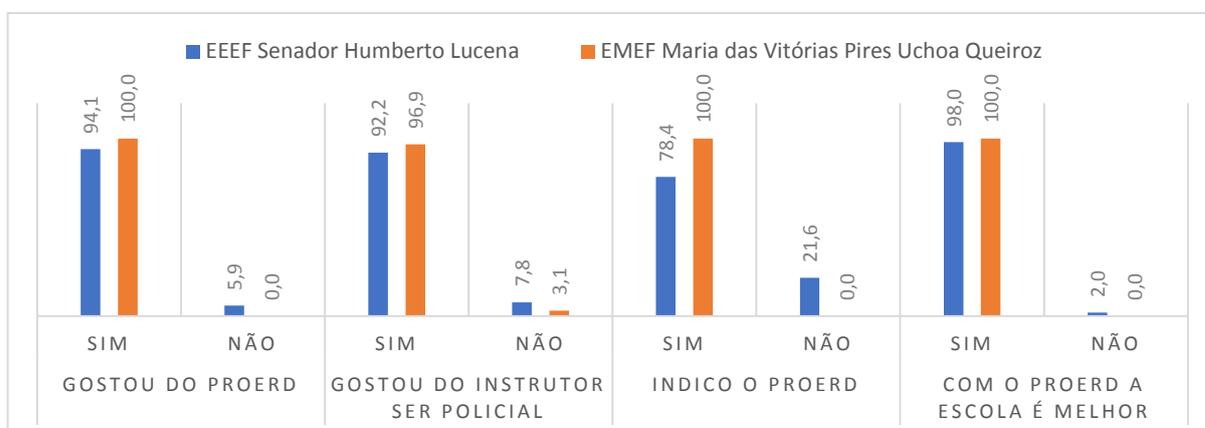
A pesquisa revelou que os respondentes ligados às unidades escolares Senador Humberto Lucena e Maria das Vitórias Pires Uchoa Queiroz, com 49% e 53,1%, respectivamente, já sofreram *bullying*, o que indica que a prática é comum no ambiente escolar. Quando questionados sobre terem praticado *bullying*, 58,8% dos respondentes da Escola Senador Humberto Lucena admitem a prática, enquanto 53,3% dos alunos da Escola Maria das Vitórias Pires Uchoa Queiroz, também responderam afirmativamente tal questão.

No que diz respeito a presenciar atos de *bullying*, os dados indicam que 72,5% dos respondentes da unidade Senador Humberto Lucena presenciaram a prática de *bullying* no ambiente escolar, entretanto 70,6% não denunciaram tais atos. Já na unidade de ensino Maria das Vitórias Pires Uchoa Queiroz, 75% dos respondentes presenciaram tal prática, porém, destes 84,4% não denunciaram os atos.

É importante destacar que, apesar do percentual expressivo de respondentes que afirmaram sofrer e presenciar atos de *bullying*, ainda é muito alto o número de alunos que não denunciam tais atos, com vergonha ou até medo. Tal situação leva a impunidade e a continuidade da prática de *bullying* no âmbito escolar. Neste sentido, Lopes Neto (2005), sugere que há necessidade por parte da escola, dos pais e dos policiais instrutores, aumentar o incentivo para que os alunos não só denunciem, mas que cessem com esta prática.

O Gráfico 6, ilustra a satisfação dos respondentes em relação ao PROERD, os indicadores considerados são: a) gostaram do programa; b) gostaram do instrutor ser policial; c) indicam o programa para os amigos e d) acreditam que a escola seria um ambiente melhor se todos os alunos participassem do PROERD.

**Gráfico 6 – Satisfação do respondente**



**Fonte:** Pesquisa direta, 2016

Os dados indicam que os respondentes da unidade escolar Maria das Vitórias Pires Uchoa Queiroz aprovam o PROERD, 100% dos alunos gostaram de participar do programa,

indicam o PROERD aos amigos, e compreendem que a escola seria bem melhor se todos participassem do referido programa. Quanto ao fato do instrutor ser um policial, 96,9% demonstraram satisfação e 3,1% insatisfação.

Na unidade escolar Senador Humberto Lucena, 94,1% dos alunos se mostraram satisfeitos com o PROERD; 78,4% indicam a um amigo; 98% acreditam numa melhora no ambiente escolar com a aplicação do programa em todas as turmas; e 92,2% gostaram do fato do instrutor ser policial.

Assim sendo, os dados indicam grande aceitação do PROERD por parte do seu público-alvo, o que indica efetividade do programa quanto à satisfação em relação ao programa. Vale ressaltar, o percentual de alunos que não se mostram satisfeitos com o fato de um policial ser instrutor, o que pode indicar a falta de relação entre a imagem do policial e a educação, o que pode ser trabalhado no próprio PROERD. O percentual expressivo de alunos que acreditam numa melhoria coletiva a partir do PROERD, ratifica o que afirmam Albertani, Scivoletto e Zemel (2014), que o trabalho de prevenção junto às unidades escola terá uma possibilidade maior de dar certo se for realizado coletivamente, ao longo da escolaridade e não apenas em momentos específicos.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A sociedade está em constante mudança, suas necessidades e anseios precisam ser estudados e, na medida do possível, atendidos. O Estado como promotor do bem-estar social tem a obrigação de encontrar soluções para velhos e novos problemas, para isso, utiliza-se de políticas públicas, que são projetos, programas e ações que nascem das demandas sociais e justificam-se no atendimento das mesmas.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD é uma política pública de estado, ou seja, é uma política estável, não extinguindo pós mandato, que surge para responder a um velho problema que tem crescido de forma exponencial na atualidade, droga e violência entre jovens.

O PROERD tem como meta alertar os jovens quanto aos malefícios das drogas e da prática da violência, visando diminuir ou evitar a relação desses com tais práticas. Na visão do PROERD, o aluno deve ter acesso ao maior número de informações possível sobre o tema, para que possa tomar a decisão mais racional possível, o que caracteriza o programa como de caráter preventivo.

A presente pesquisa procurou analisar a efetividade do PROERD nas escolas públicas do município de Campina Grande-PB mais precisamente nas escolas: Estadual Senador Humberto Lucena e Municipal Maria das Vitórias Pires Uchoa Queiroz.

Para análise da efetividade do programa, foi utilizado a quarta fase do ciclo de política pública de Rua (2012), correspondente à fase de avaliação da política, onde há o julgamento dos resultados de uma política. A avaliação *ex-post*, avaliação realizada após a implementação da política, vai identificar se o programa cumpriu seus objetivos.

O estudo revela que a proposta do PROERD tem sido efetiva nas unidades escolares foco dessa investigação, o que é revelado, tanto pelo alto índice de satisfação do alunado com o programa, como pela mudança de comportamento desses após a realização do treinamento. Além disto, os alunos sugerem a continuidade e ampliação do trabalho realizado pelo PROERD nas duas unidades escolares focos da pesquisa, colaborando para a efetividade do mesmo.

A comparação entre o Gráfico 4.1 - Comportamento I e o Gráfico 4.2 - Comportamento II, vem mostrar a mudança de comportamento dos alunos quanto à prática do *bullying* (tipo de violência), quanto à participação em gangues (uma das portas de entrada da violência no ambiente escolar) e quanto ao uso de drogas.

Pode-se destacar, através dos Gráficos 4.1 e 4.2, que diz respeito à prática do *bullying*, que mais de 30% em cada unidade escolar achava normal brigar ou praticar esse tipo de violência e após a aplicação do programa, apenas 5,9% na unidade Senador Humberto Lucena e 9,4% na Maria das Vitórias Pires Uchoa Queiroz permanecem com tal pensamento. Vale ressaltar que apesar desta mudança positiva, nota-se através do Gráfico 5 – *Bullying* a grande quantidade de alunos que não denunciam práticas de *bullying*, o que leva à impunidade dos agressores e à continuidade dessa conduta.

Outro fator importante, e que merece destaque é grande quantidade alunos na Escola Maria das Vitórias Pires Uchoa Queiroz que afirmam pertencer às gangues, mesmo depois da participação no programa. Apenas 3,1% dos respondentes tiveram mudança de comportamento neste quesito. Tais dados servem de alerta ao PROERD, pais e escolas, para que aumentem o incentivo tanto para que os alunos passem a denunciar atos de *bullying*, como para que os mesmos fiquem longe das gangues.

Através do Gráfico 6 – Satisfação do respondente, pode-se expor a grande aceitação do PROERD por parte dos alunos, a vontade dos mesmo em ter o programa em todas as séries da unidade escolar, acreditando que o ambiente escolar será muito melhor, como também expor a grande quantidade de alunos que indicam o programa para seus colegas.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o PROERD tem trazido resultados positivos nas escolas estudadas no município de Campina Grande – PB e além de benefícios para seu público-alvo, através da elevação do nível de consciência deste em relação a problemas complexos que, não podem ser trabalhados através de soluções simplistas.

Por fim, vale ressaltar que, apesar do êxito do PROERD, constatado nesta pesquisa, o tema abordado é de alta complexidade e merece uma atenção maior por parte das autoridades públicas, o trabalho de educação e conscientização precisa ultrapassar os “muros” das escolas e chegar comunidades, afim de reforçar e propagar os ensinamentos proerdianos.

Como trabalhos futuros, propõe-se o aprofundamento do saber sobre o olhar dos alunos no intuito de analisar o que distancia ou aproxima os jovens da prática da violência e do uso das drogas, num estudo comparativo entre escolas públicas e privadas.

## **EFFECTIVENESS OF PROERD: THE CASE OF THE PUBLIC SCHOOLS OF THE CAMPINA GRANDE – PB**

### **ABSTRACT**

The use of drugs and violence has grown alarmingly in recent decades. Increased social vulnerability has enabled access to drugs and the "power" of violence has reached children and adolescents, including within schools. The Educational Program on Drug Resistance and Violence – PROERD, this study focus, is a public policy that seeks to meet the population's wishes about drug and violence in the school. This article aims to analyze the effectiveness of PROERD in public schools in Campina Grande-PB. A descriptive exploratory research with a quantitative approach was carried out, realized of a multiple case study, that allows stronger conclusions. The results indicate that there were positive changes in the behavior of the children and adolescents about the use of drugs and violence after they participating to the program in the two schools surveyed. Concludes that the PROERD was effective, once it raised the level of student consciousness about drugs and violence in the school.

**Keywords:** PROERD. Drugs. Violence. Public Policy.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violências nas Escolas**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2002. v. 1. 400 p. Versão Resumida. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133967por.pdf>>. Acesso em: Agosto/2016.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Conceitos técnicos**. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/medicamentos/conceito.htm>>. Acesso em: Junho/2015.

BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**, 2011. p.138-172. Disponível em: <<http://www.ims.uerj.br/ccaps/wp-content/uploads/2011/10/LivroCompleto-versao-online.pdf>>. Acesso em: Abril/2016.

BRASIL. **Lei n. 11.343**, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Casa Civil**, Brasília, DF, 23 de ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm)>. Acesso em: Junho/2016.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS (SENAD). **Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas**. Brasília, 2014. 6. ed. SUDBRACK, M. F. O.; CONCEIÇÃO, M. I. G.; RAMOS M. E. C. (Org.). Disponível em: <[http://abramd.org/wp-content/uploads/2014/05/Livro\\_texto\\_Curso\\_Prevencao2014.pdf](http://abramd.org/wp-content/uploads/2014/05/Livro_texto_Curso_Prevencao2014.pdf)>. Acesso em: Agosto/2016.

CONCEIÇÃO, Gilmara Carvalho; GOMES, Maria das Graças Correia. Política Pública, Avaliação de Políticas Públicas e Avaliação em Profundidade: desvendando conceitos e suscitando discussões rumo a compreensão da temática. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE PROFESORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1, E

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE QUESTÕES DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2, 2015, Guarulhos. **Anais eletrônicos...**, Guarulhos/SP: UNIFESP, 2015. Disponível em: <<http://relepe.org/images/encuentroprofesores/1055.pdf>>. Acesso em: Abril/2016.

FILHO, Antônio Nery e TORRES, Inês Maria Antunes Paes. (orgs). **Drogas: isso lhe interessa? Confira aqui**. Salvador: CETAD/UFBA/CPTT/PMV, 2002. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/drogas\\_isso\\_lhe\\_interessa.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/drogas_isso_lhe_interessa.pdf)>. Acesso em: Julho/2016.

FREY, K. Políticas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática de análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>> Acesso em: Maio/2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Caderno CEDES** [online]. vol.21, n.55, pp. 30-41. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-32622001000300003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-32622001000300003&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: Abril/2016.

INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (INPAD). **Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD) – 2012, 2**. São Paulo: UNIFESP, 2014. Ronaldo Laranjeira (Supervisão) [et al.]. Disponível em: <<http://inpad.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Lenad-II-Relat%C3%B3rio.pdf>>. Acesso em: Agosto/2016.

LOPES NETO, Aramis A. Bullying - comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, [S.l.], v. 81, n. 5, p. 164-172, 2005. Disponível em: <<http://www.uff.br/saudecultura/encontros/Bullyng.pdf>>. Acesso em: Agosto/2016.

MACRAE, E. Antropologia: Aspectos Sociais, Culturais e Ritualísticos. In: SEIBEL, S. D.; TOSCANO JR., A. **Dependência de drogas**. São Paulo: Atheneu, 2001. p. 25-34. Disponível em: <[http://www.neip.info/downloads/t\\_edw10.pdf](http://www.neip.info/downloads/t_edw10.pdf)>. Acesso em: Junho/2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Cadernos de Saúde Pública [online]**, v.14, n.1, p. 35-42, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v14n1/0123.pdf>>. Acesso em: Junho/2016.

PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania. **Capacitação para multiplicadores de ações de prevenção às drogas**. Paraná, 2009. 170 p. Disponível em:<[http://www.mppr.mp.br/arquivos/File/Projeto\\_Semear/Material\\_Capacitacao/Capacitacao\\_para\\_Multiplicadores\\_de\\_Acoes\\_de\\_Prevencao\\_as\\_Drogas\\_SEJU\\_2009.pdf](http://www.mppr.mp.br/arquivos/File/Projeto_Semear/Material_Capacitacao/Capacitacao_para_Multiplicadores_de_Acoes_de_Prevencao_as_Drogas_SEJU_2009.pdf)> Acesso em: Julho/2016

PRIOTTO, Elis Palma; BONETI, Lindomar Wessler. Violência Escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 26, p. 161-179, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd99=issue&dd0=154>>. Acesso em: Agosto/2016.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas. 2. ed. reimp.** Florianópolis: UFSC, 2012. 134 p. Curso de Especialização em Gestão Pública do Departamento de Ciências da Administração/UFSC. Disponível em: <[http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php?file=/147768/mod\\_resource/content/1/Políticas\\_Públicas\\_GP\\_2\\_Edicao\\_Nacional\\_Miolo\\_Online.pdf](http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php?file=/147768/mod_resource/content/1/Políticas_Públicas_GP_2_Edicao_Nacional_Miolo_Online.pdf)>. Acesso em: Maio/ 2016.

\_\_\_\_\_. Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. **Para aprender políticas públicas: volume 1: conceitos e teorias**. IGEPP, 2013. Disponível em: <[http://igepp.com.br/uploads/ebook/ebook-para\\_aprender\\_politicas\\_publicas-2013.pdf](http://igepp.com.br/uploads/ebook/ebook-para_aprender_politicas_publicas-2013.pdf)>. Acesso em: Abril/2016.

SARAVIA, Enrique(Org.); FERRAREZI, Elisabete(Org.). **Coletânea de políticas públicas: volume 1: introdução à teoria da política pública**. Brasília: ENAP Fundação Escola Nacional de Administração Pública, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1254>>. Acesso em: Abril/2016.

SERAFIM, Milena Pavan; DIAS, Rafael de Brito. Análise de Política: uma revisão da literatura. **Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social - Ciags & Rede de Pesquisadores em Gestão Social – Rgs: Cadernos Gestão Social**. Bahia, v. 3, n. 1, p.121-134, jan/ jun 2012. Disponível em: <[http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/view/213/pdf\\_22](http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/view/213/pdf_22)>. Acesso em: Maio/2016.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE) – **Políticas Públicas: Conceitos e Práticas**. Sebrae/MG. Belo Horizonte. VOL 7. Minas Gerais, 2008. Disponível em: <<http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%20C3%9ABLICAS.pdf>>. Acesso em: Abril/2016.

SOUZA FILHO, Roberto Pereira. **A percepção da comunidade escolar sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD – na Escola Pública Estadual Manoel Vitorino em Salvador – Bahia**. Salvador: UCSal, 2008. Disponível em: <[http://tede.ucsal.br/tde\\_arquivos/4/TDE-2010-06-02T165837Z-149/Publico/Roberto%20Pereira%20de%20Souza%20Filho.pdf](http://tede.ucsal.br/tde_arquivos/4/TDE-2010-06-02T165837Z-149/Publico/Roberto%20Pereira%20de%20Souza%20Filho.pdf)>. Acesso em: Agosto/2016.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: Abril/ 2016.

TRANSFORMAÇÕES das Políticas Públicas Brasileiras sobre Álcool e outras Drogas. **Revista Diálogos: Psicologia, ciência e profissão**. [Brasília], ano 6, n. 6, Nov. de 2009, Conselho Federal de Psicologia.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.